



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em  
história 2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-907-3

DOI 10.22533/at.ed.073211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!  
Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

PROFISSÃO CONTÁBIL E PODERES PÚBLICOS: CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO E PROFISSIONALIZAÇÃO (1914-1926)

Adelino Martins

DOI 10.22533/at.ed.0732119031

### **CAPÍTULO 2..... 14**

INDÚSTRIA, TERRITÓRIO E CULTURA: UM ESTUDO DE CASO DO EMPRESARIADO NIPO-BRASILEIRO

Adriano Amaro de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.0732119032

### **CAPÍTULO 3..... 29**

VINCULAÇÕES ENTRE ESTADOS E NACIONALISMO, E SEUS CONCEITOS NOS SÉCULOS XIX E XX

Rafael Bassinello Paes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.0732119033

### **CAPÍTULO 4..... 39**

“EXCELLENTÍSSIMO CONSELHO”: ECONOMIA E SOCIEDADE EM SERGIPE DEL REY NAS ATAS DO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA (1824-1831)

Damilis Silveira Viana

DOI 10.22533/at.ed.0732119034

### **CAPÍTULO 5..... 46**

O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020

Steven Adrian dos Santos

João Victor Mendes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0732119035

### **CAPÍTULO 6..... 56**

“INFLUÊNCIAS POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICA, ABSORVIDAS DURANTE O PENSAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA OPÇÃO BRASILEIRA E IMPERIALISTA”

Luis Claudio Reginato Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0732119036

### **CAPÍTULO 7..... 62**

ALTERIDADE E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Natalia Fioravanso Vieira Brizola

DOI 10.22533/at.ed.0732119037

### **CAPÍTULO 8..... 73**

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO CANADENSE NA REDE INTELECTUAL INDIGENISTA TECIDA EM TORNO DA REVISTA *AMÉRICA INDÍGENA*

(1942-1960)

Natally Vieira Dias

**DOI 10.22533/at.ed.0732119038**

**CAPÍTULO 9..... 81**

A CONFORMAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA NA BACIA DO RIO SANTA MARIA, MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO: UMA CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Paulo José da Fonseca Pires

Elaine Prochnow Pires

**DOI 10.22533/at.ed.0732119039**

**CAPÍTULO 10..... 95**

NOTAS SOBRE O CINEMA BRASILEIRO DA “HEGEMONIA NEOLIBERAL” - 1992-2015

Peterson Soares Pessôa

**DOI 10.22533/at.ed.07321190310**

**CAPÍTULO 11 ..... 106**

“DAVID GRIFFITH’S MASTERPIECE” E OS AFRO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA RECEPÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NORTE-AMERICANA DA OBRA CINEMATOGRAFICA ‘O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO’

Carlos Vinícius da Silva

Larieli Ceron de Lima

Marcos Alves de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.07321190311**

**CAPÍTULO 12..... 116**

COMPREENDENDO O REINADO DE RAMESSÉS III PARA ALÉM DE MEDINET HABU: BREVE ANÁLISE DE TRÊS DOCUMENTOS ESSENCIAIS

Arthur Rodrigues Fabrício

**DOI 10.22533/at.ed.07321190312**

**CAPÍTULO 13..... 134**

A QUESTÃO DA EXPLICAÇÃO EM HISTÓRIA: A CRÍTICA DE WILLIAM DRAY AO MODELO NOMOLÓGICO-DEDUTIVO DE CARL HEMPEL

Jacquelyn da Silva Souza

Sara Albieri

**DOI 10.22533/at.ed.07321190313**

**CAPÍTULO 14..... 141**

A HISTÓRIA SERIAL NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE: REFLEXÕES ACERCA DOS TESTAMENTOS PAULISTAS (1592-1639)

Victor Mauric

**DOI 10.22533/at.ed.07321190314**

**CAPÍTULO 15..... 149**

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A PRESENÇA LUSITANA NO LESTE ASIÁTICO DO SÉCULO XVI

Marcus da Silva Dorneles

DOI 10.22533/at.ed.07321190315

**CAPÍTULO 16..... 157**

MAPEANDO O UNIVERSO DE BEOWULF: CONTEXTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO E GÊNERO LITERÁRIO

Vinicius Tivo Soares

Jaime Estevão dos Reis

Giovanni Bruno Alves

DOI 10.22533/at.ed.07321190316

**CAPÍTULO 17..... 168**

A LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA: REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL

Aline Ferreira Antunes

Flávia Cristina Paniago

DOI 10.22533/at.ed.07321190317

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 182**

**ÍNDICE REMISSIVO..... 183**

# CAPÍTULO 5

## O FENÔMENO DO TRÁFICO E PROIBIÇÃO DE ENTORPECENTES NO BRASIL DE 1890 A 2020

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

### Steven Adrian dos Santos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Faculdade de Direito  
Betim – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/6488643177094357>

### João Victor Mendes de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais –  
Faculdade de Letras  
Belo Horizonte – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/9946049847416984>

**RESUMO:** Este trabalho conecta fatos e evidências que descrevem o problema das drogas e seus desdobramentos na vida do usuário e do vendedor. A meta é traçar o panorama dos efeitos do proibicionismo no Brasil por meio de leis e decretos publicados do ano de 1890 até 2020. Brevemente é buscada a legitimidade do consumo de substâncias psicotrópicas em tradições perenes. Em seguida, o aparelhamento do sistema repressor é analisado, durante a Ditadura Militar na forma ideológica da “Segurança Nacional”. Assim a dinâmica do tráfico é apontada. Por fim, analisa-se o conceito de “bode expiatório” aplicado à histeria coletiva da repressão militar e policial ao “inimigo interno”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narcotráfico, inimigo interno, Brasil, usuário de drogas.

### THE DRUGS PHENOMENON AND IT'S PROHIBITION IN BRAZIL FROM 1890 TO 2020

**ABSTRACT:** This work connects facts and evidence which describes the drug problem and its consequences in the life of the user and the seller. The goal is to draw a panorama of the effects of prohibitionism in Brazil through laws and decrees published from 1890 to 2020. The legitimacy of the consumption of psychotropic substances in perennial traditions is soon sought. Thus, the equipment of the repressive system is analyzed, during the Military Dictatorship in the ideological form of “National Security”. Then, the dynamics of trafficking is pointed out. Finally, the concept of “scapegoat” designed for the collective hysteria of military and police repression of the “internal enemy” is analyzed.

**KEYWORDS:** Drug trafficking, inner enemy, Brazil, drug user.

### 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise fenomenológica do narcotráfico aponta para a ausência de políticas penais eficientes (ADORNO, 2002) (ZALUAR, 1999). É certo que a mercancia de drogas reúne, no mesmo contexto, oferta e demanda, e implica numa resposta ilícita à demanda não suprida, e não cessada. Todavia, o tema em questão não aponta somente uma antropologia dos sentidos (BRETON, 2016), referindo-se à forma como a cultura moderna acessa e utiliza os recursos do corpo, mas também remete ao instigante

fenômeno da histeria coletiva, exaustivamente visto na história humana. Nesta antropologia existe uma etiqueta adequada a cada cultura ou tempo, onde se estabelece o permitido, o proibido, o agradável e as fontes de prazer aceitáveis. Os povos, no processo de organização do sistema moral, elegem “adversários” para caracterizar o elemento subjetivo que deve ser combatido. O traficante, até então, e o usuário, durante longo tempo, compõe a categoria do “bode expiatório”, na forma do “inimigo interno”. No Brasil, esta narrativa encontrou sua máxima na mítica ideologia da “Segurança Nacional”.

## 2 | METODOLOGIA

A construção do presente artigo baseou-se em duas linhas de pesquisa, rastreando-se uma bibliografia que explica e descreve o problema “drogas” no Brasil entre os anos de 1890 e 2020. A primeira linha reconstrói as origens do imaginário popular sobre o universo narcótico. Para isso buscou-se a literatura vanguardista do tema no Brasil, além da legislação pura. Em sequência, tratados filosóficos foram consultados, juntamente à posição oficial dos principais órgãos governamentais envolvidos no combate ao consumo e à repressão à venda ilícita.

## 3 | A LICENÇA POÉTICA DO CONSUMO E O PROIBICIONISMO

A noção do proibido implica a adesão a determinados ritos de prazer enquanto outros são deslegitimados. Enquanto os corpos podem ser expostos, em rede nacional, seminus, a nudez absoluta é tomada como vergonhosa e inaceitável. Nelson Rodrigues satirizou profundamente estas disparidades da cultura brasileira, e a aparente confusão moral das bases familiares, oscilando entre insinuações de estupro, traições e assassinatos aos moldes de *bonitinha, mas ordinária* (2009). Já Antônio Callado, em seu “Quarup” (1984), apresenta outro paradoxo: a confusão entre proibido e permitido no universo das coisas sagradas. Ainda neste jogo do “pode não pode”, a duração e a forma de acesso ao prazer estabelece suas vias de preferência, sendo o menor caminho entre o crime hediondo inafiançável e uma simples “cervejinha” no bar. Dito desta forma, o limite entre o razoável e o proibido não é claro, muito menos objetivo, configurado na diversidade de percepções sensitivas de cada povo. Assim, é desconhecido um critério puramente objetivo que marginalize ou divinize qualquer substância (BITTENCOURT, 2016).

O acesso e escolha a uma via sensitiva em detrimento de outras é o cerne da obra de Le Breton (2016). Na cultura brasileira o destaque está na licença poética do ébrio habitual, e o cerne das experiências psíquicas amplamente difundidas é a perda da consciência, o atordoamento e o flerte com a insanidade. Por isto, ao falarmos de narcotráfico e história do proibicionismo, não é permitido negligenciar a origem psicológica - e mesmo ontológica - no ser individual e no imaginário coletivo. O limiar destes conflitos, percebeu Constantin Noica (1999), ultrapassa o aspecto moral ou neurótico, não pretendendo apenas legitimar

estas substâncias, mas localizá-las no mundo do espírito e do ser, onde o vazio, o tédio metafísico, a falta de sentido, - nos termos de Viktor Frankl (2008) - tomam significado. Daí o estado cômico, confuso e estéril de políticas públicas que lutam pelo “fim” do consumo e venda de quaisquer substâncias.

Esta teatralidade se aplica bem à história do proibicionismo no Brasil. É criada uma realidade paralela e fantasiado um universo a ser destruído. A moralidade confusa denunciada por Nelson Rodrigues e Antônio Callado terminaram encenando as patéticas histórias de D. Quixote, lutando contra moinhos de vento que em si mesmos são inofensivos, tomando poder na medida da hostilidade que lhes é atribuída. Quanto a isto outros intelectuais já trataram de resumir o estado desta confusão. Bruce Alexander, no seu clássico “parque dos ratos” – tomando as devidas reservas às falhas e carências do experimento -, desenvolveu experimentos que contestam a ideia de que as *drogas*, em si mesmas, carregam algum composto que destrói ou desvirtua a espécie (ALEXANDER *et al*, 1981).

Contrariamente às tentativas de legitimar o consumo de substâncias psicotrópicas, a história do proibicionismo teve início no Brasil do século XIX com o Código Penal de 1890 da República Velha. O Capítulo III destinava-se aos Crimes à Saúde Pública e no Art. 159 tipificou as condutas de expor à venda, ou ministrar, substâncias “venenosas” sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários, fixando a sanção penal em prisão “celular” de 1 a 6 meses além da multa. Já no século XX o *status* proibitivo manteve-se por meio do decreto nº 2.861, de 8 de julho de 1914, dedicado ao combate ao abuso do ópio, da morfina e seus derivados, e da cocaína. Com o mesmo conteúdo proibitivo, a Lei Nº 4.294 de 14 de julho de 1921, mais do que duplicou a sanção fixada de 1 a 4 anos. Em seguida, outros dispositivos legais trataram da proibição. Determinou-se, através do Decreto Nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932, o dever de fiscalizar o emprego e o comércio das substâncias tóxicas entorpecentes. A imprecisão da seleção de substâncias “venenosas” para se reprimir e combater ganha maior destaque no Decreto Nº 780 de 28 de abril de 1936, que cria a Comissão Permanente de Fiscalização de Entorpecentes, e, logo nas considerações, cita tais substâncias como “*venenos sociaes*”. Cita também o art.138, alínea g, da Constituição de 1934 que obriga a União, os Estado e os Municípios a “*cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais*”.

A política de repressão ao consumo não autorizado e ao tráfico ilícito de drogas foi mantida pelo Decreto de nº 8.911 de 25 de novembro de 1938, com a diferença de que aumenta o rol de substâncias proibidas e também intensifica as penas, no seu Art.33, de 1 A 5 anos e multa, para o tráfico ilícito, e de 1 a 4 anos, além da multa, para o usuário, nos moldes do seu Art.34. Até então, não se tenta discernir o usuário e o traficante, notando-se também a vagueza das leis em tratar das substâncias entorpecentes, principalmente por não haver uma distinção entre as substâncias terapêuticas e as substâncias psicotrópicas ou “venenosas”. Talvez nisto consista a força dos movimentos *New Age*; o aparecimento

de uma nova cultura onde todo o proibido, venenoso, fosse diagnosticado como pura manifestação da espiritualidade humana.

Ainda no mesmo aspecto, a Lei Nº 6.368 de 21 de outubro de 1976 é mais sucinta na criminalização das substâncias “*entorpecentes ou que determine dependência física ou química*”. Nela se institui o Sistema Nacional Antidrogas, imbuído de prevenir o uso indevido e reprimir o tráfico ilícito. A lei esboça a primeira distinção entre usuário e traficante. Para aquele é fixado o tratamento e a recuperação. Já para este, o delituoso, é estabelecida a reclusão de 3 a 15 anos (Art.12). A materialidade do crime, que difere o consumidor daquele que fornece, consiste no laudo pericial que atesta a natureza da substância. Na ausência do perito, convém que a pessoa *idônea* escolhida, de preferência entre as que tiverem habilitação técnica que possa realizá-lo, na forma do Art.22 da mesma lei. Vê-se aí a ausência de um critério objetivo que distinga o usuário e o traficante. A referida lei vigorou com algumas alterações até a vigência da Lei nº 13.343 de 23 de agosto de 2006.

O ápice da ascensão proibicionista se dá pela lei 11.343, daquele mesmo ano, no Título IV, Capítulo II, Arts. 33 e seguintes, contando com mais de 20 verbos nucleares que criminalizam condutas, buscando diferir usuário e vendedor, e abrangendo situações que antes eram desconsideradas em outras legislações. Trata-se de uma lei penal em branco, pois não é definido o conteúdo das substâncias que se proíbe, mas é buscada esta conceituação na Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária, número 344, conforme define o Art. 66 da Lei de Drogas.

Entorpecente - Substância que pode determinar dependência física ou psíquica relacionada, como tal, nas listas aprovadas pela Convenção Única sobre Entorpecentes, reproduzidas nos anexos deste Regulamento Técnico (Art.1º da Portaria SVS/MS Nº344).

Quanto a isto, é preciso destacar que, na forma dos decretos e leis anteriores à década de 1960, a figura do usuário permanece indefinida, oscilando entre “vadio” e “doente”. Para tanto, foi em 1960 o Estado brasileiro ingressou efetivamente no cenário internacional de combate às drogas, no qual se proíbe e se repreende o traficante, na figura de delinquente, mas que se esforça para discernir o usuário, na figura de doente (TORCATO, 2016). Destaca-se a versão do usuário, às letras do primeiro inciso do Art.19 da Lei de Drogas, em que se reconhece “*uso indevido de drogas como fator de interferência na qualidade de vida do indivíduo e na sua relação com a comunidade à qual pertence*”.

Também é sabido que esta última fora alterada pela recente Lei Nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que disciplina a organização do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Nela define-se as condições de atenção aos usuários (ou dependentes) de drogas e trata-se do financiamento das políticas sobre drogas (Art.1º). Há, nas alterações introduzidas pela referida Lei, maior atenção ao usuário, na figura de doente, e no seu tratamento e reinserção social.

Todavia, mesmo que a figura do usuário se mantenha no foco das políticas sanitárias, a legislação tornou-se mais rígida contra os traficantes. Este assume integralmente a figura de delinquente, e a Lei de Drogas, reconhecendo a incidência constitucional do sistema de repressão às drogas, torna mais gravosa as penas para o tráfico. O Art.33 ostenta a mais gravosa sanção da lei, pois se vale de dezenas de verbos nucleares que buscam no traficante o sujeito ativo, *in verbis*;

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Já o Art.34, que delinea a atuação do traficante, traz consigo as condutas de *“Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer [...]”*. Ainda que haja a possibilidade de distinguir usuário de traficante, *“essa subjetividade faz com que, muitas vezes, uma pessoa seja considerada traficante em razão do local onde foi abordada, mesmo estando sozinha e com pequena quantidade de droga”* (DP, 2019, P.8).

Abrangendo o mesmo tema, a súmula 70 do TJRJ aponta para o fato que *“restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação”*. A este respeito a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) realizou uma pesquisa envolvendo mais de 2000 sentenças no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Caracterizadamente pelos Arts. 33, 34, 35 ou 37 da Lei de Drogas, os juízes muitas vezes apresentaram posições divergentes sobre situações muito semelhantes (ibid., p.47). No relatório final da DPERJ, analisou-se as sentenças e destacou-se algumas com conteúdo no mínimo divergente. O Processo nº 0268837-96.2015.8.19.0001 é uma destas decisões, chama a atenção por descaracterizar o crime de tráfico de drogas do agente que portava 4g de cocaína, não preso em flagrante, e portando também maconha. Já o processo de numeração 0012087-93.2015.8.19.0054<sup>a</sup> considerou o cidadão culpado, e, portanto, traficante, por portar 1,5g da mesma substância, sem que haja flagrante delito ou combinação de outras drogas.

#### **4 | UMA JUSTIÇA INEFICAZ**

A ideologia é uma técnica de falsificação discursiva que se manifesta pela estrutura do mito político. É um sentido pronto, um falso remédio (NOICA, 1999). O mito não indica, necessariamente, uma mentira, mas narra a origem das coisas (MIGUEL, 1998). No Brasil, este padrão estrutural foi utilizado no governo militar na tentativa de sustentar o

“inimigo interno”. É pretendido na narrativa mítica a ascensão ao revolucionário. Assim, vê-se a figura do “inimigo interno”, na forma do comunista e do traficante. Para o êxito da falsificação discursiva ideológica por detrás do mito, é necessária uma força motriz capaz de unir e mobilizar. Manifestamente esta força é encontrada na figura de um adversário, um grupo ou uma categoria a quem se combate.

No Brasil, o mito político das drogas foi articulado pela Ideologia da Segurança Nacional (SN) e ganhou força motriz pelo elemento do “inimigo interno”, que se aproxima muito ao “inimigo objetivo” descrito por Hannah Arendt (2012),

A categoria dos inimigos objetivos sobrevive aos primeiros inimigos do movimento, ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias: os nazistas, prevendo o fim do extermínio dos judeus, já haviam tomado as providências preliminares necessárias para a liquidação do povo polonês [...] (ARENDR, 2012, p.474).

Assim, não basta que a ameaça seja qualquer tipo de ação que justifique e fundamente a suspeita, mas se trata da definição política de determinado grupo político ou de alguma categoria oposta ao Estado (BRANDÃO, 2019).

Após a declaração de “guerra às drogas” impressa na Ditadura Militar e intensificada desde então, o Narcotráfico, de fato, se apresentou como uma estrutura de poder paralela ao Estado. Numa primeira análise, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo domínio militarista na administração pública. De modo que

Toda a nossa cultura formou-se na linha de uma progressiva busca e afirmação da identidade nacional e do nosso lugar específico no mundo. Esta linha foi bruscamente rompida entre as décadas de 1970 e 1980, já não nos sobrando hoje, como alternativas possíveis à queda no puro gozo da proliferação quantitativa, senão dois modelos gerais importados prontos e não amoldados (ou ainda não amoldados) à individualidade nacional: a “modernidade capitalista” e o “socialismo” [...] Ou o Brasil reencontra o seu sentido geral, ou todas as ações coletivas, não importando a intenção ideológica que a legitime subjetivamente, concorrerão para dissolvê-lo numa unidade mais vasta e poderosa. [N.E.] (NOICA, 1999, p.67)

A organização das agências policial e militar teve como pretexto a “subversão” do comunismo, e a “tóxico-subversão” dele aplicado ao narcotráfico, de modo que *“excluída a possibilidade de uma ameaça efetiva no âmbito militar, a esquerda teria passado a operar nos âmbitos econômico, político e principalmente o psicossocial”* (BRANDÃO, 2019, p.54). Ambos os crimes, o da tóxico-subversão e o da subversão passam a ser tratados como políticos, e mesmo que não lesem o Estado, podem angariar fundos para a conquista do poder (BARBOSA, 2012). O comunista atuaria através do tráfico *“para destruir as bases morais que sustentariam a ‘civilização ocidental’, preparando o terreno para uma posterior invasão militar”* (ibid., p.43). Tudo isto legitimado pelo mito político responsável pela ideologia da SN, de modo que sua marca “[...] *vai aprofundar os estereótipos do discurso*

*médico -jurídico -político, sem abrir mão dos discursos morais*” (CARVALHO, 2013, p.18). Para tanto, o conceito de tóxico-subversão foi amplamente difundido na figura do “inimigo interno”, como se vê no décimo quarto capítulo do livro “Os Subversivos” intitulado “O Inimigo Interno” de Bernard Hutton,

Entre 1965 e 1967, os chefes subversivos de Mao Tse-tung e suas redes concentravam-se em greves, demonstrações, tumultos e atos terroristas de toda espécie, e quando os sucessos continuavam, um depois do outro, provando a eficiência das redes instaladas, Pequim resolveu aumentar a pressão. A divisão especial da subversão da China vermelha enviou uma instrução em código para todos os seus agentes avisando-os para estarem alertas esperando as entregas contrabandeadas de grandes quantidades de toda sorte de drogas. A ordem era **‘aproveitar todas as oportunidades para intensificar o vício de drogas’** (BRANDÃO *apud* HUTTON, 1975: 173) (Grifo dos autores).

#### 4.1 O bode expiatório

René Girard lembra em seu “bode expiatório” que há séculos a vítima escolhida pelo ocidente esteve na figura do judeu. Eleitos como objetos do sacrifício, culpados ao mesmo tempo pela peste e pelo envenenamento da população, a única forma de se apaziguar a fúria popular era por sucessivas operações de extermínio, osciladas entre o campo físico e psicológico ao nome de *espiral do silêncio* (NOELLE-NEUMANN, 2017).

É necessário, de tempos em tempos, quando a peste chega, a escolha de uma vítima sacrificial. Junto deste rito está a fragilidade dos discursos, a aparente incapacidade de se nomear os autores e vítimas do crime em fato. Este recurso, que aparece de forma escancarada de tempos em tempos entre os surtos de histeria coletiva diz que “*os judeus foram massacrados antes da chegada da peste, apenas com o ruído de sua presença na vizinhança [...]*” (GIRARD, 2004, p.8). Escolhidos assim, dentre todos os agentes possíveis, de forma imediata e presunçosa, a hostilidade contra determinados grupos ou atividades começa pela insinuação da presença inimiga e termina no holocausto. O exorcismo verbal de que fala o autor, está presente na ideia do “narcoterrorismo” e da “narcoditadura”. Analogamente, junto da histeria coletiva está a incapacidade de se nomear o objeto da doença, tomado por várias insinuações psicológicas e impressões sensitivas, descrito na psicanálise como *recalque*. Daí que a figura do israelita pode ser trocada por qualquer outra, até mesmo pela do traficante, pois a fragilidade popular é tal que “*reconhecer a verdade não seria enfrentar a situação, mas antes entregar-se a seus efeitos desagregadores*” (ibid.). O estigma do traficante e a violência que decorre do narcotráfico representam essa desagregação. Isto é, descrever, precisamente, a causa e o efeito, o tratamento e a solução, implicaria a quebra do sistema histórico, revelando o objeto recalcado. Por isto, o “inimigo interno” é o elemento ideológico que recalca a necessidade de uma “vítima sacrificial” e transporta o seu conteúdo para a figura estigmatizada do “traficante”.

## 5 | CONCLUSÕES

Este trabalho resumiu os caminhos jurídicos e morais que acompanharam o poder crescente do narcotráfico. Para isto foram selecionadas as principais leis e decretos de 1890 até 2020. Nele é detectado que os fundamentos do proibicionismo orbitam à “moral e os bons costumes”, de modo vago e genérico, sem critérios objetivos capazes de defini-lo. A licença poética que permite o consumo de algumas substâncias não é a mesma em outras, havendo disparidade entre os danos objetivos à sociedade e a repressão ao consumo e venda. Também fora rastreada a ociosidade da fronteira entre usuário e vendedor, apoiada na boa fé do juiz ou policial.

As investigações apontam, ainda, para um mito que funda e justifica esta “caça” às drogas: a segurança nacional. Neste contexto alguns entorpecentes seriam objetos de manobras geopolíticas, inimigos do povo e venenos sociais. Seu uso nunca aconteceria pela *vontade* própria do consumidor, e nunca poderia ocorrer em um contexto de autodomínio. Do contrário, todo e qualquer consumo ou venda é teatro que oculta o golpe velado ou o apocalipse moral de um povo. Daí representar, no imaginário coletivo, um objeto de expurgo, a vítima sacrificada pelo bem comum, ou a constante ameaça de crise – a ser exterminada ou perseguida como um câncer.

## REFERÊNCIAS

ADORNO Q, Sérgio. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. São Paulo: Anpqcs/Capes, 2002.

ALEXANDER, Bruce K.; BARRY L. Beyerstein; PATRICIA, F. Hadaway; ROBERT, B. Coombs. **Effect of Early and Later Colony Housing on Oral Ingestion of Morphine in Rats**. *Pharmacology, Biochemistry & Behavior*, Vol. 15. pp. 571-576, 1981.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo - SP. Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Júlia Letícia Camargos. **Conhecendo o inimigo : criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)**. 142f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012.

BITTENCOURT, Miguel Colaço. **A divinização e a enteogenia das plantas: uma introdução para o campo drogas/ cultura**. REIA - Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, vol. 3, n.2, pp.162-197, 2016.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil**. 2019. 120 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BRETON, David Le. **Antropologia dos Sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRETON, David Le. **LA SOCIOLOGIE DU CORPS**. Presses Universitaires de France Que sais je? 2012.

CALLADO, Antonio. **Quarup**. 12. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da lei 11.343/06**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

DECRETO Nº 2.861, DE 8 DE JULHO DE 1914. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2861-8-julho-1914-575437-publicacaooriginal-98630-pl.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

Decreto nº 20.930, de 11 de Janeiro de 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 4.294, DE 6 DE JULHO DE 1921. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-publicacaooriginal-92525-pl.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 780, DE 28 DE ABRIL DE 1936. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-780-28-abril-1936-472250-norma-pe.html>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496205>>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

DECRETO-LEI Nº 891, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-891-25-novembro-1938-349873-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

DP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **RELATÓRIO FINAL: PESQUISA SOBRE AS SENTENÇAS JUDICIAIS POR TRÁFICO DE DROGAS NA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/Documento/Institucional-pesquisas?page=2>>. Acesso em: 02 de dez de 2020.

FILHO, Orlando Zaccone D'elia. **Acionista do nada: Quem são os traficantes de droga**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIRARD, René. **O BODE EXPIATÓRIO**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art2)>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

LEI Nº 6.368, DE 21 DE OUTUBRO DE 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6368.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm)>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. **Em Torno do Conceito de Mito Político**. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p., 1998.

NOELLE-NEUMANN, E. **A Espiral do Silêncio: opinião pública, nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NOICA, Constantin. **As seis doenças do espírito contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html)>. Acesso em: 31 de Maio de 2020.

RODRIGUES, Nelson. **BONITINHA, mas ordinária**. Direção de Moacyr Góes. Rio de Janeiro: Diler & Associados, 2009. 1 DVD (90 min).

SÚMULA Nº 70. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/sumulas-70>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

ZALUAR, Alba Maria. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo Perspec, São Paulo, v. 13, n. 3, pp. 3-17, Set. 1999.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alteridade 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72

### B

Beowulf 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167

### C

Cinema 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

Cocanha 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

### E

Economia 12, 14, 15, 20, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 59, 60, 84, 86, 92, 96, 97, 104, 105, 169, 172, 173

Egito 116, 117, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132

Entorpecentes 46, 48, 49, 53

Escassez de Água 81, 90

### G

Governo da Província 39, 44

### H

Hegemonia Neoliberal 95

História 1, 10, 12, 14, 28, 37, 39, 44, 45, 53, 56, 62, 71, 79, 81, 82, 93, 103, 106, 114, 115, 116, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 167, 168, 180, 182

História Ambiental 81, 82, 93

História Serial 141, 142

### I

Idade Média 157, 168, 169, 172, 173, 175, 180, 181

Identidade Nacional 51, 80, 142

Imperialista 33, 56, 57, 61

Indígenas 74, 77, 78, 79, 84

### M

Migração 14, 27, 90, 95, 108, 110, 114

Modelo Nomológico-Dedutivo 134, 137, 138, 139

Morte 75, 117, 124, 125, 126, 128, 131, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 158, 159

## **N**

Nacionalismo 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 61, 142

## **P**

Presença Lusitana 149, 150, 151

## **T**

Testamentos 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147

Tráfico 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2**

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 2